

**EDIÇÃO
ESPECIAL**

Adusp INFORMATIVO
Universidade de São Paulo

**SONEGAÇÃO
FAZ MAL À SAÚDE
E À EDUCAÇÃO**

Associação dos Docentes

Filiação à CUT em debate

A Adusp realizou no dia 14/12/04, em sua sede, um debate sobre se o Andes-Sindicato Nacional deve ou não permanecer filiado à CUT, tendo em vista que a desfiliação à central foi pautada para o 24º Congresso do Andes, que será realizado no período de 24/2 a 1/3/05.

Esta é uma decisão que diz respeito à organização geral dos trabalhadores em nosso país. Entendemos, portanto, ser indispensável haver um cuidado especial em discuti-la com os setores combativos e representativos da classe trabalhadora. Qualquer que seja a nossa decisão final, ela deve ter como diretriz fortalecer a organização geral, autônoma e combativa, dos trabalhadores brasileiros.

Nessa perspectiva, a Adusp convidou a manifestarem-se no debate de 14/12 os dirigentes sindicais Jorge Luis



Participação da CUT nas manifestações contra Collor em 1991

Martins, o Jorginho, e Lujan Maria Bacelar de Miranda, ambos membros da executiva nacional da CUT, elei-

tos pela chapa de oposição "Fortalecer a CUT"; Dirceu Travesso, o Didi, ex-membro da direção estadual da CUT,

um dos organizadores do Conlutas; e Júnia Gouveia, do Sindicato dos Servidores da Previdência (Sindsprev-

SP) e também atuante no Conlutas. Em termos de militância partidária, Jorginho e Lujan são ligados à esquerda do PT, Didi ao PSTU e Júnia ao PSOL.

Nesta publicação, destacamos os momentos mais importantes do debate, que expressou algumas das principais posições existentes no movimento sindical combativo relativamente às contradições da CUT, à ameaça representada pelas reformas sindical e trabalhista do governo Lula, e às complexidades da conjuntura brasileira.

Por uma questão de espaço, optamos por incluir apenas as intervenções dos debatedores convidados, deixando de fora, portanto, as manifestações de diretores da Adusp e de outras associações de docentes. Contudo, a íntegra do debate está disponível em www.adusp.org.br.

Andes-SN e a CUT, sair ou permanecer

JORGINHO

Nós acreditamos que para combater e derrotar a reforma sindical e trabalhista a força está no interior da CUT. Nós estamos muito confiantes de que vamos derrotar essa reforma

Sou de uma origem de concepção sindical de que os sindicatos devem ser autônomos com relação ao governo, central, patrões. Portanto, para mim o debate sobre filiar ou desfiliar é de liberdade do sindicato. Agora, esse é o debate central? Na nossa opinião não.

Nossa opinião é a seguinte: quais são os elementos da reforma sindical? Que vai ser após a mudança? Quais os impasses? A mudança ora em formulação no Fórum Nacional de Trabalho, o que vai mexer na vida do sindicato?

Por que estou falando isso? Por um motivo simples.

A concepção que está sendo gestada lá, neste consenso, é a concepção que derrotamos na CUT, do sindicato orgânico e da substituição em última análise – quer dizer, reforça o controle do Estado, que vai ter poder de definir inclusive se você tem ou não a representação

de questionamento e legitimação. E por que isso não é um detalhe e estou começando por aí? Claro, quer desfiliar ou não é simples, chama uma assembléia. A CUT está num desgaste especial no meio do funcionalismo e não precisa de muita força. O problema é: se você não prestar atenção no que diz respeito à organização e representação com o Estado – nós sabemos quem está na maioria nesse Estado e quem está no Ministério do Trabalho – nós

vamos levar simplesmente uma organização substitutiva da nossa representação, ou mesmo outros mecanismos que vão esvaziando o processo de negociação real ou de representação. O Andes parece que já está sofrendo um processo mais ou menos parecido, só porque anunciou [uma possível desfiliação].

Então me parece que nós deveríamos observar isso. Porque qualquer caminho que pregue a facilidade, simplesmente desfiliar e

vamos... não é assim. O processo de fundação da CUT é um processo histórico, que reuniu desde o Chico Mendes até vocês. A CUT enquanto experiência – nós podemos questionar se ainda é possível disputar ou não – sob o ponto de vista plural, de idéias, é uma experiência fantástica. Porque a concepção dela é plural. Vai falar: “Ah, mas não tem democracia”. Mas é plural. Sindicato é compreendido, na essência da sua organização dentro da CUT, como instrumento plural, onde vão estar todos os partidos. Partido é partido. Por quê? Porque poderíamos aplicar a mesma lógica do “filia ou desfilia” também ao sindicato. “Bom, não serve mais o sindicato, não tem democracia, eu vou dividir o sindicato”. Óbvio. Ou não? “Ah, mas não tem mais espaço de democratização”. Bom, então a luta é para ter espaço de democracia, condições de disputar. Ou não?

Então me parece que esse elemento é essencial para definir esse debate. Vou me ater ao aspecto político do problema. Na reforma que está sendo apresentada, um dos itens cria uma coisa chamada *representação derivada*. É aí que a coisa pega. O que é a tal representação derivada? Você vai ter os sindicatos, que vão ser os exclusivos, se vocês não estão na CUT por exemplo... (...) Isso por si só é uma armadilha muito grande. Qual é o problema? Temos que derrotar essa reforma. (...) Porque tem o elemento da negociação, e a negociação quebra os direitos constituídos, de que forma? Ela estabelece como núcleo central a livre negociação. Mas ela é muito sutil.

O [ex-ministro] Dorneles apresentou uma proposta que alterava o artigo 8 da Constituição, em 1999: “São direitos dos trabalhadores, desde que não negociados por sindicatos, federações, confederações, centrais

sindicais” etc... Na verdade introduziu o elemento de que o negociado passaria a prevalecer sobre o legislado.

Como é que veio nesta reforma no primeiro momento? Estou falando isso porque participei do FNT por alguns meses, indicado pelos companheiros da minha chapa. No primeiro momento veio: primeiro, o Estado não pode coibir a negociação. E tudo que for negociado na forma da lei terá plena eficácia jurídica. Que é nada mais nada menos que a mesma coisa que o negociado prevalece sobre o legislado. Aí nós fomos para cima disso. Aí puseram da seguinte forma no segundo momento: que nos impasses de uma negociação, prevalecerá a cláusula mais favorável. Interessante: o que é exatamente cláusula mais favorável, e favorável a quê? Porque eles não estabelecem qual é o parâmetro mínimo. (...) E o Lula deixou escapar uma frase em fevereiro de que tudo deveria ser flexibilizado, exceto as férias. Aliás ele chegou a falar que quando estava com 20 dias de férias estava doido para voltar a trabalhar. É uma coisa triste.

Então esse elemento traz outro elemento importante, que é: os sindicatos no impasse, que se recusarem a negociar, poderão ser substituídos por outras entidades *que se disponham a fazê-lo*. É o sindicato derivado, a representação derivada. E se não tiver, pode ser instituído diretamente com os trabalhadores. Esse é o conceito, está lá no relatório, essa é a barbárie final. Então (...) está introduzido o conceito da livre negociação.

Em tese nós deveríamos ser favoráveis à livre negociação. Agora, qual o patamar disso? Porque historicamente nós sempre lutamos para colocar coisas em lei. É óbvio que o grande capital neste momento está tentando o quê? Tira tudo que tem na lei que seja empecilho.

Aquela linha do “Custo Brasil”, todas essas teorias. Na minha opinião, o Lula abraçou a teoria do Custo Brasil. Haja vista o projeto que ele apresentou diferenciando empresas até 3.600 reais, que vai ter apenas 0,5% de Fundo de Garantia. E as acima disso 8,5%. (...)

Bom, mas aí nos resta a greve. Nos resta a greve para resolver essa parada. Teve impasse, não tem negociação, a greve. Introduz na greve que os setores considerados essenciais, tem vários deles, o funcionalismo público está cheio, que para entrar em greve nós temos que entrar em acordo com os empregadores para manter serviços, equipamentos etc. etc. e que não havendo acordo os empresários, claro, usando o bom senso, poderão contratar trabalhadores para a manutenção desses serviços e equipamentos. Na verdade é uma legitimação, uma institucionalização do fura-greve.

Então na essência essa é a reforma sindical, ela contradiz 20 anos de luta dentro da CUT, pela liberdade sindical. Ah: e tendo impasse, a justiça do trabalho volta a julgar. Nós nascemos enquanto CUT para combater o poder normativo da justiça do trabalho. Fim do imposto sindical, que acaba mas tem uma taxa que pode chegar a 13%.

E o fim da unicidade, que na verdade “acaba” com a unicidade mas joga para o Estado definir, e tem poder de definir como é que vai ser a organização. E quem topa o tal sindicato exclusivo vai ter toda uma regra, estabelecida no Ministério do Trabalho, de funcionamento do sindicato.

Dizem, eu ainda não vi, e olha que sou membro da Executiva Nacional da CUT, que a estabilidade no emprego da última proposta foi substituída pela proibição de demissão imotivada (Convenção 158 da OIT). A estabilidade no emprego

passa a ser isso. Então não é mais abrir um processo administrativo, não. Se o patrão comprovar que está em condição de dificuldade e justificar e provar ele pode demitir um dirigente sindical.

Apesar de todo esse processo, qual é a diferença básica em especial com o PSTU? Já fizemos vários embates duros na CUT. Em 1985, o Jair Meneguelli queria nos levar para o pacto social do Sarney. Em 1992, a CUT não tem posição “Fora Collor”. Em 1999, não tem posição “Fora FHC”. Em todos esses momentos, nós enfrentamos o debate interno e jogamos a energia para alterar a posição da base da maioria, e continuamos acreditando nesse processo. Achamos que foi uma perda imensa o PSTU e os sindicatos que eles coordenam saírem do interior da CUT. Enfraqueceu muito a gente.

Mas isso não tem sido impeditivo para nós, fizemos uma marcha importante dia 25, para tentar barrar [as reformas]. Agora, nossa energia está centrada aí. Por que barrar? É óbvio que se passa a reforma como está, não é um ou dois sindicatos, nós vamos ter que fazer um acerto de contas geral. Agora, a partir dos impasses e pensando como é que mexe as pedras do xadrez. Não vamos agir – e olha que temos motivos, todos nós – não vamos mover os nossos sindicatos, estamos discutindo como é que vai ser, mas não vamos levar um xeque-mate. Vamos discutir.

Por isso achamos que o Andes vai ser um parceiro que vai fazer muita falta. Não que não vamos fazer muitas lutas na rua. Vamos estar lá, ombro a ombro, pode ter certeza. Combate é combate, como tivemos na Previdência. Agora, o Andes vai fazer falta, óbvio. São pessoas que ajudam a elaborar e a pensar. Não quero aqui deslegitimar o processo do Conlutas, dos sindicatos que eles têm

conseguido aglutinar. Agora, nós acreditamos que para combater, e para derrotar essa reforma, a força está no interior da CUT. Se a gente não fizer essa montanha se mover – e está se movendo, hoje o PCdoB está com um documento contra, a CSD, que é o povo da DS, já soltou um manifesto contra, nós estamos com jornal na base dos sindicatos panfleteando o ABC, a Mercedes, Volks, então existe uma rebelião razoável já no interior da CUT.

Quer saber minha opinião? Nós estamos muito confiantes de que vamos derrotar essa reforma. Isso é motivo para deixar de discutir organização? Não. Agora, achamos que largar esse combate no meio da guerra como está, e jogar nossa energia na organização de uma outra estrutura, não é político.

Por isso achamos prematuro, o debate como está, o Andes sair. Quer saber minha opinião de coração? Vocês vão levar, caso passe, no dia seguinte, sem se preparar devidamente, uma outra organização. É óbvio, tem gente que acha que dá para fazer um movimento tão brusco e a coisa não é simples.

Na própria Federação Democrática do Zé Maria [MG] teve um revés no principal sindicato de Belo Horizonte, que era do Conlutas, a ampla maioria votou continuar na CUT, fazendo o combate. Para mim o debate central não é filiar ou desfiliar, é como enfrentar a reforma e como é que nós vamos começar a preparar o processo para pós-reforma, como é que nós vamos nos reorganizar. Por quê? Óbvio que passando a reforma como está, estabelecendo o sindicato orgânico, aí não tem acordo. Mas não vamos montar uma coisa também fluida como é o Conlutas, vamos propor logo uma central sindical. Caso chegue numa situação dessas.

DIDI

A principal central pelega do país não é a Força Sindical, é a CUT. Ruptura com a CUT é apontar uma alternativa para derrotar a reforma sindical e trabalhista, derrotar a reforma universitária

Não estamos discutindo um problema tático, momentâneo, em torno de simplesmente como barramos o processo da reforma, que é decisivo. É uma discussão mais estratégica, que tem a ver com o processo de organização da classe. É evidente que o centro que está colocado, eu acho que não há desacordo em torno dessa mesa, é o caráter do governo, que deu um salto de qualidade impressionante, daquilo que nós construímos nas duas últimas décadas como possibilidade de alternativa de mudança no país. Com todas as contradições, limites e problemas que tinha, mas tinha alguma coisa que apontava, meio reformista, mas apontava à esquerda. O que nós estamos dizendo é: mudou o caráter, certo? Estamos discutindo algo com um DNA identificado: neoliberal, integrado ao sistema, ao regime, ao imperialismo, na essência e vai se materializar em todas as suas políticas. Nas negociações micros ou macros, na subordinação ao Fundo Monetário Internacional, nas políticas compensatórias, na reforma da universidade. O ataque à entidade de vocês, o ataque à universidade pública. Não tem por onde a gente pegue, pode escolher que vai bater, uma degeneração impressionante daquilo que foi construído, do ponto de vista político geral. Evidentemente é um salto de qualidade.

Nós sabíamos que esse processo, essa mudança de projeto político não se iniciou agora. Vem lá de trás. Qual é o centro do debate, da discussão na nossa opinião, que permeia a questão da CUT hoje? Que o Meneguelli, que sentou com a [então ministra] Zélia, antes ainda com a [então ministra] Dorotéia (...) temos muita história de como esse processo veio vindo, e a adaptação e a capitulação veio se construindo.

O Vicentinho na reforma da Previdência anterior. Mas há um elemento de qualidade distinto. No marco de uma central que vinha numa política geral da integração e adaptação ao que era o projeto neoliberal, com ranços de oposição em torno do projeto eleitoral de Fernando Henrique, passa a ser uma central integrada ao projeto de governo. Isso é uma contradição distinta. E qual é o outro elemento de qualidade na nossa opinião? Não é secundário. Não estou discutindo as relações internas da CUT. O Jorginho tem razão quando diz: se não chacoalhar aquilo que são os principais sindicatos da CUT, ou as bases, se nós não disputarmos esse processo não há possibilidade não só de barrar a reforma sindical e trabalhista, mas mais do que isso, porque nós não sabemos: nós queremos apostar tudo para barrar esse processo. Agora, mais do que barrar esse ou aquele elemento dos ataques que vêm, há possibilidade de construir uma outra alternativa, porque na nossa opinião essa direção está falida. Falida.

Porque não estamos discutindo uma polêmica do sindicato vermelho, sindicato amarelo. Não estamos discutindo o sindicalismo revolucionário ou um sindicalismo reformista social-democrata, mas ainda no marco classista. Estamos discutindo um sindicato que é ponta de lança do ataque, é o centro do ataque aos nossos direitos, é quem promove, quem organiza, quem retira, quem propõe a flexibilização. Qual é o elemento que tem de qualidade, em relação a Meneguelli, ao processo do início dos 80, mesmo depois a *sambada* em torno do governo Sarney, ou depois retoma na frente com o problema do Fernando Henrique? Como vêm vindo os elementos de capitulação? Na nossa opinião, o centro do processo é: ao ter o

governo Lula e ter um salto de qualidade na integração, dá um salto de qualidade porque é a experiência da maioria da base também. Isso quer dizer que é um processo linear e igual na cabeça dos trabalhadores? Não. Há diferenciação, você tem os servidores públicos com uma experiência concreta que é uma coisa impressionante. (...)

Evidente que essa reforma sindical tem o objetivo de dar um salto de qualidade nesse processo de burocratização que eles têm necessidade de dar. Porque eles sabem que vão enfrentar no próximo período um processo de rebelião de base, é inevitável. Para impor uma política de tamanho arrocho, de tamanho ataque às conquistas, vai haver um processo ou já começou, e é amplo, de experiência, de desgaste, e eles necessitam matar qualquer elemento de democracia no processo do movimento sindical, e construir o que é esse projeto sindical, para poder retirar os direitos, fazer a reforma trabalhista – que na verdade já está sendo feita, o Jorginho citou um exemplo, do FGTS. Por exemplo a Lei das Falências, colocaram as salvaguardas para o capital e o trabalhador de fato ficou em último. (...) Qual é o debate? Esse processo de experiência, quando a gente discute nos setores organizados, históricos, a luta que vem lá de trás, o que nós construímos, o que foi a CUT, o processo importantíssimo, a combinação da luta contra a ditadura, o “surgimento” de um novo segmento da classe operária no Brasil a partir da indústria automobilística e do desenvolvimento das décadas de 40, 50 e 60, como se combina depois a velha estrutura sindical na mão do PC (...), a política pela direita, como surge uma nova vanguarda que por uma combinação histórica junta setores da Igreja,

as várias frações que haviam se desprendido da esquerda de trás, que se agrupam em torno do projeto do PT e da CUT e conseguem galvanizar e dirigir o processo de ascensão e construir uma alternativa política e uma alternativa sindical, galvanizando a luta de forma independente. Tudo que foi aquele processo, que foi impressionante e histórico. (...)

Quais são os movimentos que estão sendo feitos por baixo, na experiência da classe? Há um processo de reorganização por baixo. De *ruptura*. Não é com a CUT, hoje. É com os sindicatos. A esmagadora maioria dos sindicatos estão afastados, inclusive aqueles dirigidos por nós. Os sindicatos vêm de um período de resistência, travado fundamentalmente em setores da vanguarda, de absoluta defensiva, com impossibilidade de organização ampla e de mobilização por baixo, viveram burocratização e distanciamento e se desacostumaram ao que é o processo de enraizamento da base, do cotidiano. Os sindicatos foram pouco efetivos na defesa. Nós conseguimos no geral organizar o pólo de resistência político-ideológico. Antineoliberal, antiflexibilização, antiimperialista. E viemos de alguma forma, no processo da CUT, construímos um pólo à esquerda. Mas os nossos sindicatos foram muito frágeis no que foi a pancadaria que se deu por baixo, no desmanche dos direitos. Não estou falando da reforma trabalhista. Estou falando da precarização, das horas-extras que comem solto, da repressão que voltou e a forma como ela atua hoje nas empresas. E o sindicato por outro lado conquistando espaços institucionais cada vez maiores. Os sindicatos e a CUT. Então fórum tripartite, comissão não sei do quê, nós participamos de tudo. Chegava na CUT, aquilo mais do que uma central sindical parecia um espelho do aparato de Estado. Respondia a tudo quanto era iniciativa do Estado para montar fóruns. Mas o processo real da resistência da base em

defesa dos seus direitos, não: distanciamento completo.

O problema da CUT, essa integração em relação ao governo, e a forma como ela é vista, nos coloca um desafio: primeiro, nós temos que buscar um pólo de resistência, de luta, para tentar barrar esse processo. Para construir e barrar, nós temos uma opinião: a principal central pelega do país não é a Força Sindical, é a CUT. Qual é a diferença da CUT e da Força Sindical de três anos atrás? É que a mão do patrão mudou. Não estou discutindo o Jorginho, Lujan, os companheiros da esquerda da CUT, estou discutindo a central como instituição, e aquilo que ela expressa. O que mudou é que antes o Fernando Henrique dava o financiamento das empresas estatais, e as empresas imperialistas jogavam mais grana, para fazer o 1º de Maio da Força Sindical no Campo de Bagatelle. Neste ano dá para quem é filho de lá. Tava lá, na Paulista. (...)

O Congresso da Fenasp [Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social] acaba de votar uma posição de suspender o pagamento, indicar a desfiliação da CUT, chamar uma plenária estatutária para votar isso. O debate do Andes vocês conhecem. (...) Ruptura com a CUT é apontar uma alternativa para derrotar a reforma sindical e trabalhista, para derrotar a reforma universitária, para derrotar esse modelo. Além disso, nós achamos que está no tempo. Há um debate histórico, há que tirar conclusões. Do que foi a experiência da CUT, do que é a situação dos sindicatos. Então, seria fácil ir para um processo hoje, vota um estatuto, proclama um regimento, uma carta de princípios, e diz “fundamos, vamos ver o que é que dá”. Nós achamos que é um erro, é o inverso. Do ponto de vista do movimento, impulsionar a mais ampla unidade de resistência e luta. Destampando as polêmicas e os debates que existem (...).

LUJAN

Temos nos limitado a “desfilia, não desfilia”. Ao invés de nos juntarmos todos para fazer esse enfrentamento a quem está nos atacando, nós vamos nos dividir aqui

A reforma sindical e trabalhista é uma questão extremamente importante e lamentavelmente de certo modo acaba passando a idéia de que é uma coisa de sindicalista, de quem é militante do movimento, quer dizer, não há uma cultura e uma compreensão geral de que a reforma sindical e trabalhista diz respeito ao conjunto da classe trabalhadora, faz parte do conjunto da sociedade. O grande desafio da gente seria fazer com que esse debate pudesse chegar a ter repercussão na sociedade como um todo. Não é fácil, mas seria extremamente importante que ele não ficasse restrito. E para falar em contraponto ao próprio debate em relação à própria central, é interessante a gente dar, mesmo que muito brevemente, uma retomada: a própria origem da CUT, como ela nasce, qual a sua concepção, quais os seus princípios, para que isso contribuiu (...). No nosso país, o sindicato, especialmente a partir da CUT, a compreensão que a central tinha do sindicato é como um instrumento desse conflito maior, desse conflito de classe. Nesse conflito, a orientação da CUT, originariamente, é uma orientação para esse enfrentamento, para essa luta em defesa dos direitos, a luta em defesa da democracia, da soberania, os princípios da central inclusive colocavam essas questões. Colocavam a unidade como algo fundamental para esse embate. E nesse processo, obteve-se muitas conquistas, conquistas inclusive que foram constitucionalizadas. Ao longo dos anos Fernando Henrique Cardoso, em especial, houve todo um processo de desconstitucionalização, o

Lula vem e acaba aprofundando isso. Mas se por um lado teve essas conquistas do ponto de vista legal, teve a conquista também do ponto de vista da colocação que a central fez, que o movimento sindical brasileiro fez, colocando várias bandeiras de luta importantes para nossa sociedade.

Por outro lado, nesse processo acaba também havendo uma certa adaptação, e é importante a gente lembrar todo o contexto: a reestruturação produtiva, as mudanças no mundo do trabalho, as relações internacionais da central, suas formas de financiamento – no primeiro momento, um grande peso do financiamento internacional inclusive também vindo de governos europeus, através dos projetos, das parcerias que eram formadas, como também o próprio financiamento por parte do Estado, do governo brasileiro, os recursos do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador] etc. Nesse processo todo, a CUT acaba mudando toda aquela concepção e prática originária. A gente deve lembrar bem de todo o debate que tinha sobre o propositivismo, o participativismo, quer dizer, numa determinada altura o mais importante não era a mobilização para a luta, mas estar nos espaços tripartites, quadripartites... E nesses espaços, em nome do entendimento, do diálogo, a central acabava tendo uma ação não no sentido da defesa dos interesses e das reivindicações da classe que devia representar. (...)

Por mais que a gente sabia que não, acaba se dando uma ênfase muito grande a essa história de governo Lula. Não resta dúvida de que isso tudo toma uma dimen-

são infinitamente maior e muita coisa até obviamente passa a se confundir, porque quem era pessoa da CUT até ontem hoje é o principal representante do governo no Fórum Nacional do Trabalho. O próprio espaço onde essa discussão se deu inicialmente foi o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, onde a maioria, como a gente sabe, é de empresários. Enfim, essa situação da CUT não é nova. Num texto que eu escrevi para a revista *Nação Brasil* em 2000 já colocava que a CUT não representava os interesses da classe, já era representante da ordem. Veio a reforma sindical e trabalhista, e eu entendo que a gente precisa, é uma necessidade que não tem tamanho, derrotar essa reforma. Quando fui a um debate com o Didi neste final de semana no Rio de Janeiro, estavam lá na pasta dos delegados ao Congresso da Federação dos Bancários duas versões [do projeto de reforma]. Numa versão, em que está escrito *confidencial* em todas as páginas, não aparece a questão do negociado sobre o legislado, nas diversas formas em que tem se dado. Que no primeiro momento era literalmente: a lei não podia “cercear o processo negociado”. Num segundo momento era a “cláusula mais favorável”. No terceiro momento era a “disposição mais favorável”. (...) Quando chega às suas mãos um projeto, já chega também a informação de que ou aquela é uma versão bastante atrasada, ou já tem algo lá na frente. Mas todas essas versões que a gente tem tido acesso pode até mudar a forma, aliviar um pouco, mas a essência, os objetivos centrais são a pró-

pria mudança da concepção, e ao mesmo tempo do caráter, do papel da organização sindical. Então, nas premissas da organização sindical, a premissa das relações de trabalho no Brasil é o diálogo social. A questão do pacto social, do entendimento nacional, do diálogo social. Deixa de ser a defesa dos interesses da classe para ser o próprio fiador do pacto. A própria organização por local de trabalho, vai ter tudo como objetivo buscar este entendimento. E o Genoíno colocava numa reunião lá na Frente Nacional, com a gente, que acabou a luta de classes. Então, para eles, acabou a luta de classes, a questão agora é buscar esse entendimento.

O atrelamento ao Estado é uma coisa vexatória. Eu fico me perguntando como alguém que ajudou a construir a CUT, que tem lutado ao longo desses anos todos, que tem defendido a liberdade e a autonomia sindicais, aceita e assina embaixo, avaliza, o que tem sido dito lá... o atrelamento brutal. Acesso por parte do Ministério do Trabalho às contas dos sindicatos, as contas que vão receber as faixas de contribuição negociada, que na prática vai simplesmente substituir o Imposto Sindical. O atrelamento está posto, ao ponto de mudança na direção do Sindicato ter que ser comunicada ao MTb. O MTb está divulgando periodicamente o número de sindicalizados das entidades que estão reconhecidas ou não estão reconhecidas. Esta questão do pluralismo sindical, a questão do sindicato orgânico, que já esteve em debate um certo período, é uma das questões centrais. A flexibilização de direitos, que é esta questão do negociado sobre o legislado. As cúpulas das centrais, no caso da substituição processual, que era o grande objetivo das centrais poder representar os trabalhadores nos contratos coletivos

de trabalho, até mesmo em relação a isso estão tendo problema, porque foi apresentado na reunião da CUT como um avanço o fato de os sindicatos poderem ter essa substituição processual. Nós não sabíamos que até mesmo para o sindicato estava sendo negada.

Numa situação dessas, para nós três questões são centrais. Primeiro, a própria concepção que a gente tem de central como frente única; segundo, a questão da unidade da classe como valor estratégico, quer dizer, são os princípios formadores da gente, formadores do movimento, que a gente sempre defendeu; e a prioridade desse momento: uma reforma sindical e trabalhista como essa, a obrigação histórica nossa, até para não sermos responsabilizados historicamente por impor essa derrota brutal à nossa classe, isso deve ser a prioridade. Problemas como o Jorginho já colocou tem: já ouvi de parlamentar ontem que essa reforma sindical eles vão acabar nem encaminhando, que vai ficar como moeda de troca com o grande capital para a reeleição do Lula.

Sempre a gente coloca “sindical e trabalhista”, porque sendo aprovada a sindical na forma como eles estão querendo, dispensa a trabalhista. Não só essas medidas que o governo já vem adotando, como as várias que o Fernando Henrique adotou, na verdade se o negociado prevalece sobre o legislado é o grande objetivo do empresariado nacional, que é a derrubada do artigo 618 da CLT, para atingir o artigo 7º da Constituição, onde tem uma série de direitos que estão assegurados, que como o Jorginho lembrou o Lula disse que apenas um não é passível de negociação, que são os 30 dias de férias. E o Genoíno disse nessa reunião na CUT que não é apenas um, são cinco: acrescenta

descanso semanal remunerado, licença-maternidade, Fundo de Garantia e salário-mínimo, se não me falha a memória. Entendo que o objetivo maior, tarefa principal deve ser derrotar essa reforma. Problemas existem na base de todos. Não é à toa que a Corrente Sindical Classista, com todo governo do PCdoB, acabou tirando uma posição de que a reforma trabalhista é inaceitável. A CSD, pessoal da Democracia Socialista, colocou na última reunião, e foi a primeira reunião da CUT em que esse campo majoritário, essas três correntes, não aprovaram a reforma. Porque em fevereiro, abril, agosto, sempre que o tema foi para a pauta, eles reafirmaram, aprovaram, avalizaram tudo que estava acontecendo. Nesta, eles transferiram para fevereiro. E aí a CSC colocou que tem dez pontos dos quais não abre mão; a CSD, que está esperando o projeto para definir finalmente a sua posição; e a Articulação (que não falou isso na reunião, falou depois, em conversas informais), que se sai a CSC e a CSD eles não vão ficar sozinhos.

Então, para nós a batalha não está dada, e para a construção de um novo instrumento, se for esta a situação, este embate, esta batalha para mim é decisiva, tanto para derrotar a proposta como para possibilitar as condições para o futuro. Porque eu entendo que mesmo aprovada, no cotidiano da vida, a gente vai ter que passar por cima. Não temos como nos submeter ao que estão querendo. Esse embate tem que ser dado, com unidade da classe. (...) Eu tenho ido a debates sobre a reforma sindical e trabalhista, onde não temos efetivamente feito a discussão sobre o conteúdo da reforma sindical e trabalhista. Temos nos limitado a “desfilia, não desfilia”, a CUT é isso,

a CUT é aquilo, o governo é isso, o governo é aquilo. Na minha avaliação, perde todo mundo, porque não há um conhecimento, um amadurecimento maior sobre o que está realmente sendo gestado nesse Fórum Nacional do Trabalho e agora nesse Ministério. Uma outra pergunta que fica: esse debate, a prioridade de uns é desfiliar, enquanto outros dizem “não, essa não é a prioridade”, num momento em que a classe está sendo atacada, em que vem um ataque brutal, frontal. E aí, ao invés de nos juntarmos todos para fazer esse enfrentamento a quem está nos atacando, nós vamos nos dividir aqui. E aí falo daqueles que estão na luta e daqueles que estão passíveis de vir para essa luta. O Congresso da Fenasp foi um exemplo. Cerca de 3.500 delegados, de 6 a 11 de dezembro, um momento ímpar para você preparar uma categoria importante, dentro do funcionalismo público o Andes-SN e a Fenasp estão entre as entidades mais importantes. Não. O Congresso foi todo permeado por essa questão. Colocamos uma proposta no sentido de sair dessa polarização, e acabou sendo aprovado o não-pagamento. Só que o não-pagamento não foi aprovado pela maioria. Teve cerca de 1/3 dos votos, porque foram quatro posições: uma posição “desfilia”; uma posição da Articulação, do campo majoritário da CUT, que é mantém a filiação e o pagamento; a outra não-pagamento; e uma posição, que a gente defendia, de que a prioridade nesse momento era unir a categoria para enfrentar e derrotar essa reforma, e realizar uma plenária estatutária, logo após a reforma sindical e trabalhista, para analisar os impasses dessa reforma sobre os sindicatos, sobre a própria federação, e discutir a relação com a central nesse processo.

JÚNIA

O Conlutas se constituiu num pólo, por uma política hegemônica do PSTU, de campanha sistemática tendo como eixo de prioridade a desfiliação da CUT e a conformação de uma nova central

A principal contradição nossa é a relação com o governo. E isto tem que balizar toda a discussão, na nossa opinião. O governo é social-liberal, optou por aprofundar as reformas neoliberais do governo anterior em todos os aspectos. Todos, seja na política econômica, na manutenção do acordo com o FMI, seja na política externa, com a ocupação do Haiti, seja no terreno das contra-reformas: Previdência, sindical, trabalhista, universitária, seja pela implantação da PPP, seja pela liberação dos transgênicos. Seja pela blindagem do Banco Central, seja por preservar a bandalheira no governo, com Waldomiro e companhia. Seja pela preservação do Meirelles por medida provisória. Se nós listarmos todas as políticas do governo, são políticas contra a classe trabalhadora, no sentido contrário ao que foi o acúmulo dos últimos vinte anos, do campo de esquerda que militou na CUT. Então não temos dúvida nenhuma de qual a natureza do governo.

Com um agravante muito sério: o governo opera no interior do movimento distintamente do que o Fernando Henrique ou o Collor ou outros. É que ele tem um instrumento a mais para aplicar a política neoliberal, e um instrumento poderoso, que é ter uma representação no interior do movimento com capacidade de dividi-lo. Este é um novo elemento que temos que pensar como enfrentamos. Por controlar as principais direções de entidades nacionais, como a CUT, a UNE etc., mas não é só nas instâncias de entidades nacionais: ele opera no interior de cada entidade, de cada movimento. Durante as greves por exemplo, as

assembléias nossas têm, no interior de cada assembléia, representantes defendendo a política do governo. Situação muito distinta da do período anterior. (...) Qual é o grande tema? Nós achamos que o trunfo do governo Lula para conseguir aplicar as políticas neoliberais é a capacidade de divisão e fragmentação da capacidade do movimento de resistir.

Está colocada para a esquerda combativa, para o movimento sindical combativo, a necessidade de ter como prioridade número um unificar forças de todos os setores do movimento que queiram resistir à política do governo. Nesse sentido, nessa primeira tarefa, estar ou não filiado à CUT tanto faz. Não faz nenhuma diferença. A CUT não centraliza as entidades. É muito diferente do debate partidário. Não tem centralismo, não tem fidelidade partidária.

Estávamos filiados à CUT quando a gente fez o “Fora Collor”, quando fez o “Fora FHC”, um monte de lutas. Nunca impediu, estar filiado à CUT, de fazer algum tipo de luta. E nós tínhamos unidade da esquerda para fazê-lo. O problema é que hoje essa unidade se rompeu. Quando fomos ao encontro de Luziânia, nós fomos imbuídos da necessidade de construir essa unidade da esquerda. Porque a esquerda brasileira tem capacidade social, tem peso social para fazer uma resistência. O resultado do encontro de Luziânia começou a abrir um curso de divisão no interior do movimento. Porque aí não se formou uma coordenação de lutas.

O Conlutas não é uma coordenação de lutas, não tem nenhum sentido uma frente dos que estão na CUT e uma

frente dos que não estão na CUT. O Conlutas se constituiu num pólo, por uma política hegemônica do PSTU, de campanha sistemática [tendo] como eixo de prioridade do movimento a desfiliação da CUT e a conformação de uma nova central.

Achamos que não há maturidade no movimento para fundar uma central. Não se funda uma central pelo desejo de um partido ou dos seus dirigentes. Funda-se uma central se há acúmulo no movimento de massas e experiência no movimento de massas para ir a esse processo. Evidentemente, os partidos e a vanguarda podem contribuir para um processo de construção de uma alternativa de direção ou não. O problema é que o Conlutas hoje prioriza a campanha da desfiliação da CUT, em detrimento da unidade de ação. E veja, estamos atuando no Conlutas. Não vamos fazer uma campanha contra ficar no Conlutas. Achamos que o eixo está absolutamente errado e não contribui. Tivemos duas grandes marchas neste ano, dia 16 e dia 25. No dia 16, a faixa que abria a passeata era: “A CUT e a Força Sindical não falam em nosso nome”. Qual era a tarefa daquela passeata? A luta contra a reforma sindical. Uma passeata que abre com essa faixa é unitária em torno das entidades cutistas que queiram estar na marcha? Não, francamente. (...)

Se queremos constituir uma alternativa de direção, é fundamental que a gente pense em sair. É evidente que a CUT assumiu uma qualidade distinta com o governo Lula, porque basta aplicar a política imperialista. Agora, o processo de deformação, de degeneração da

CUT não é porque assumiu o governo só. Tem a ver com o processo de burocratização, das relações que foram se estabelecendo com o patronato, tem a ver que foram rompidas a relação dos trabalhadores que estão com carteira formal e com carteira informal, o fim das cuts regionais, que se abandonou a concepção de base para ir para a concepção de filiados, de sindicalizados.

Há um conjunto de temas que lá atrás eram princípios da CUT quando nós fundamos, e que foram sendo destruídos por uma política da Articulação. Temos que debater uma nova alternativa de direção e vamos ter que retomar debates de fundo de concepção, de proposta, de organização, coisa que nós não vemos sendo feita para a construção de uma nova central sindical. Achemos errado não estar na pauta, e deve estar como centro nosso. E rigorosamente precisaríamos de uma coordenação de lutas, no sentido de que tem uma plataforma de lutas que responda à resistência do movimento social real de enfrentamento com o governo, com a disposição de unificação do PSTU, do PSOL, da esquerda do PT, da esquerda da CUT, dos companheiros do Conlutas.

Nós estamos numa fase de transição, porque não há um ascenso generalizado, que o conjunto da classe tenha feito experiência com essa direção. Estamos num ascenso parcial, significa que o funcionalismo fez a experiência com o governo e com a CUT. A rebelião contra a CUT no funcionalismo é pautada pela experiência prática do seu enfrentamento e não por desejo do PSTU. Fomos agora ao Congresso da Fenasps e havia uma rebelião real da base contra a CUT. Votou indicativo de abrir o debate na base. Agora, dificilmente a Fenasps vai para o Conlutas.

Na Marcha do dia 25, havia uma coluna expressiva da esquerda da CUT, combativa,

que tem compromisso com a perspectiva de enfrentamento, e a coluna do Conlutas hostilizou o tempo inteiro, a partir do seu caminhão, os companheiros da CUT. Que tipo de unidade nós queremos? O PSOL, enquanto partido, tem uma decisão de continuar militando dentro da CUT, em unidade com a esquerda da CUT. Tem uma disputa acirrada nas categorias, não vamos abandonar esse espaço. E temos uma decisão de estar dentro do Conlutas também, disputando o Conlutas, porque achamos que os erros que o Conlutas está cometendo são gravíssimos. Está na hora de debater que, pelo menos por um período, a gente construa uma intersindical ou algo do gênero, que possa no mesmo espaço construir um plano de lutas que vença o impasse em que nós estamos.

Veja o impasse: o Fórum Social Mundial é um espaço onde nós podemos ter muitas atividades paralelas, vamos correr para preparar o embate do ano. Ele acaba no final de janeiro. Nós temos que lutar para o primeiro semestre? A luta contra a reforma sindical e trabalhista, a luta contra a reforma universitária, a luta pelo aumento do salário mínimo, a luta contra a PPP, arrocho salarial, reforma agrária... Então tem uma pauta real, que o enfrentamento com o governo

coloca, que nós precisamos unificar a esquerda numa agenda unitária de lutas.

Vai ter o encontro do Conlutas, cujo centro é se isto é uma alternativa ou não. Porque eu tenho ido a vários debates, e o Didi responde, o Zé Maria: “O Conlutas não vai fundar uma central”. E eu sempre brinco que tem bico de pato, tem pé de pato, faz “qüen-qüen”, mas não é pato. A estrutura do Conlutas e a política do Conlutas são de uma central sindical. O próprio site do Conlutas, a prioridade é a campanha de desfiliação, é um *ranking* das entidades que se desfiliam da CUT. Tem contribuição financeira, profissionalização, estrutura estadual...

É uma política permanente, pensada, objetivizada que eu respeito, mas da qual eu discordo neste momento porque acho que não é o centro do problema que está colocado. (...) Nós incentivamos a fragmentação que o movimento vai enfrentar. Esse problema, portanto, é o segundo aspecto que eu queria abordar na perspectiva, em particular no movimento de federais. O movimento de federais teve um papel de vanguarda inquestionável na resistência do período do governo Lula. Teve um papel decisivo na luta contra a reforma da previdência. O problema é que o governo está operando para disputar e quebrar esse movimento.

No Andes está operando o Proifes, na Unafisco está operando agora uma política para dividir a Unafisco, na Fenasps eles não precisam fundar o Proifes, eles já têm a CNTSS [Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social]. Então aqui, no momento em que a gente der o passo de se desfiliar da CUT, os sindicatos nossos de base vão se desfiliar da Fenasps e se centralizar pela CNTSS. Nós dissemos para os companheiros do PSTU: está errado desfiliar já, sem nenhum preparo, debate real, e o projeto consolidado por baixo. Nós não estamos brincando!

O governo vem com uma violência sobre as entidades federais para destruí-las, não podemos tomar um passo como se fosse uma brincadeira. Não vemos a possibilidade de reverter dentro da CUT. Pode ser que ocorra como na Bolívia, vem um ascenso revolucionário e passa por dentro da COB. Mas a história da COB é bastante diferente do que foi a CUT. O que nós vemos da CUT é uma injeção massiva de dinheiro, de capital, sem precedente, para cada passo que nós vamos dar. Por exemplo, agora o governo está discutindo a segunda onda de reforma da Previdência, que vai ser do setor privado. Eles estão já preparados, com uma minu-

ta interna do Ministério da Previdência, para *franquias* do INSS para o setor privado e para os sindicatos. Não sei se vocês têm claro o quanto isso é de repasse de valores para os sindicatos, ao fazer franquias das agências do INSS.

Então não vemos possibilidade de recuperar a CUT, não é esse o debate. O problema é que nós temos que estar onde a classe está, em primeiro lugar, a disputa das consciências. Boa parte da classe ainda está na CUT. Se você pega por exemplo metroviários de São Paulo, a última disputa da direção se deu por uma convenção cutista e prévia, com três chapas, em que uma das chapas era da esquerda nossa, inclusive com companheiros do PSTU. Noventa por cento daquela categoria votou na convenção cutista, há quatro meses. Era certo ou errado? Se o eixo é desfiliar da CUT, não podia participar da convenção cutista.

Nós achamos que isso é um tiro na cabeça, para um grau de isolamento em relação à categoria e uma massa que nós temos que disputar. E nós não vamos transformar o eixo nosso no eixo da desfiliação da CUT. O eixo nosso é unidade do setor da esquerda combativa desse país, para lutar. E tudo aquilo que contribui para dividir isto está errado. (...)

JORGINHO

Na minha opinião, a Articulação vai soltar foguete com a saída do Andes. A tese não é tocar bumbo entre nós. É tocar muito bumbo em Brasília para derrotar essa reforma. Essa é a principal tarefa

Nós fomos, no dia 25, porque o Andes estava coordenando, não o Conlutas. Não dou o mesmo crédito aos outros sindicatos que estão no Conlutas, exceto São José dos Campos, um ou outro. Eu dou para para o Andes.

Infelizmente, os companheiros do PSTU optaram que

todo mundo na CUT é traidor, e aí nós temos um problema. Como construir com traidores? Que sou eu, a Lujan, certamente a Júnia né?

Eu não vou falar do Conlutas porque eu não conheço o Conlutas. Estou falando do Andes, que eu conheço. Uma coisa eu tenho certeza,

não vamos para o Conlutas. E aí vou fundo: por exemplo, eu nem sabia que o Andes não pagava há um ano. Então o problema aqui é político, não é problema de pagamento. Na minha opinião, a Articulação se deliciou com a saída do PSTU da CUT. E vai, óbvio, soltar foguete

com a saída do Andes. Tanto pelo aspecto da capacidade de formulação que tem o Andes, para nos ajudar a combater, como também no aspecto da mobilização, e... óbvio, o Proifes está aí, está esperando. Ao desfiliar a Fenasps, se não tiver cuidado, estão esperando para dar o golpe mortal. (...)

Nós perdemos esse debate mais ideológico em 1994, em plena greve dos petroleiros. A CUT começou a discutir que era possível fazer reformas populares

dentro do capitalismo, e, além de dentro do capitalismo, na intermediação do Fernando Henrique. Então saímos com a história das políticas propositivas, me lembro como se fosse hoje.

Então esse debate nós perdemos, estou muito de acordo com o que a Júnia falou. Estamos discutindo como é que, no meio do processo da guerra, não sai desesperado, achando que o problema é de estrutura. O problema continua sendo político, o enfrentamento. Não é estrutura. Claro, porque se for estrutura, se o Andes paga R\$ 20 mil, os sindicatos aí que a gente coordena devem pagar um tanto razoável. Não é disso que estamos tratando.

Nós estamos tratando do que o companheiro da Bahia falou aqui: (...) está introduzido o problema da divisão, e se não tiver cuidado, vai entrar forte. Eu vou fazer uma heresia: a CUT tem umas contradições... Na Argentina, a CGT, com toda a degeneração da CGT argentina, não faria o 1º de Maio que a CUT fez aqui o ano passado. E nós fizemos aqui um 1º de Maio, junto com a Pastoral etc., não foi de massa, porque não tínhamos dinheiro, um panfletinho ou outro, já há quatro anos nós estamos tentando construir.

Veja que situação: passam três dias, o Zé Maria desfilia-se da CUT, e eu virei traidor! Sem nem uma conversa antes para a gente acertar o *timing*. Dessa forma é que nós somos tratados, não aqui dentro, aqui dentro somos colegas, mas em público é tudo igual, não tem diferença dentro da CUT.

E aí entra um problema de concepção. (...) De sindicato frente única ou não. (...) A provocação vem aí: acho que a CUT é mais democrática do que o Andes. Essa é a provocação. Por quê no Andes não tem democracia proporcional? Nós fomos derrotados, todos nós, então.

Por quê? Porque, se é para ser sindicato uma frente sindical, por quê não tem o direito à diferença? Por quê a direção votou, eu não posso contestar? Então, a estrutura sindical do Andes vai ter que repensar nessa nova possibilidade. Imaginemos se vai ser possível mesmo ter dois sindicatos na estrutura de uma mesma base. Claro que se não tiver uma estrutura verdadeiramente democrática que permita dar resposta a isso — em vários, não é só o Andes não — vai haver, em todas as categorias, dois, três sindicatos. Essa é a lógica.

Vou aliviar aqui para não vir a ira em cima de mim. Nossos sindicatos também não são democráticos, da mesma forma. Não é porque funciona como uma corrente, centralizado igual ao Andes. Por quê? Porque nós não conseguimos dar conta disso. Os nossos sindicatos não conseguiram trabalhar essa história da pluralidade, da democracia, da organização, que se adequou.

Agora, estou com a Júnia: acho que a tese não é tocar bumbo entre nós. É tocar muito bumbo em Brasília para derrotar essa reforma. Essa é a principal tarefa.

O problema do “filia ou desfilia”, volto a repetir: cada sindicato resolva, vocês já não estão pagando, não é essa a discussão. Agora, se a gente não fizer algum esforço sequer, se a disputa é entre nós, bom, vamos estar em Brasília resolvendo, mas vamos estar com quatro frentes, quatro marchas, isso vai dar qualquer coisa, menos unidade.

Paremos de hipocrisia entre nós, de bradar a unidade, mas na vida real estamos querendo discutir o nosso aparelho, fortalecer a nossa corrente, o nosso partido. Esse papo entre nós não vale, vale lá para a peãozada que está prestando atenção na conversa.

LUJAN

A quem interessa a desfiliação da CUT? Interessa em primeiro lugar ao governo, à Articulação, e àqueles e àquelas que nunca foram efetivamente cutistas, pela concepção que a CUT tinha na origem

Esta questão da divisão da CUT, do racha, não é coisa nova, se a gente fizer uma retrospectiva vai lembrar do 4º Concut, na época em que a CUT fazia congressos massivos, em que 50% do plenário gritando “rachar, rachar, rachar”, os outros 50% do plenário apavorados, o que fazer, fiquei com raiva de muita gente, porque naquela época eu achava que tinha que ter ido para cima, e muita gente ficou segurando, “não, não”, muita gente boa que... Estou dizendo isso para dizer o seguinte: na minha avaliação, a quem interessa a desfiliação da CUT? Quem está apostando na nossa divisão? Já foi dito aqui, nós não temos dúvida de quem está apostando na nossa divisão e tem inclusive imposto as suas posições, com a nossa divisão por um lado, e com as alianças com a extrema-direita por outro: é o governo. A Articulação [Sindical] não está indo para esses debates. Já fui a algumas assembleias de desfiliação de sindicatos, o pessoal da Articulação não aparece. Se aparece, aparece para ver o que vai dar. Não está apostando, não está fazendo o embate contra a desfiliação. E logo de cara, quando o companheiro do PSTU, Zé Maria, apresentou o afastamento, na primeira reunião da direção, tem declaração do presidente da CUT estadual, de que não tinha problema saírem, porque isso ia facilitar a relação com a Força Sindical, a vinda de novos sindicatos etc. E já ouvi trabalhador de base dizer: o pessoal da Articulação está dizendo para a gente que o que eles querem mesmo é que saia.

Interessa a quem? Interessa em primeiro lugar ao governo, interessa à Articulação, e interessa àqueles e àquelas que nunca foram efetivamente cutistas, pelo caráter, pela concepção que a CUT tinha na sua origem. Quer dizer, que nunca apostaram por uma questão política, ideológica. Para mim, a proposta de não-pagamento e abrir a discussão cumpre o mesmo papel. E tanto cumpre o mesmo papel, que não teria dito aqui o que falei sobre o congresso da Fenasps, se os companheiros e companheiras do PSOL tivessem efetivamente, na prática, se colocado como a Júnia se colocou aqui. Se a prioridade naquele congresso tivesse sido a nossa unidade para fazer esse enfrentamento etc. A prioridade era “desfilia” por um lado, “não paga e abre a discussão”, por outro, e a nossa que dizia: “pessoal, o fundamental é derrotar a reforma, fazer o enfrentamento, e como a insatisfação é generalizada na base, vamos levar o debate para uma plenária estatutária que já fica convocada aqui, logo após a aprovação da reforma sindical e trabalhista”. E tanto tínhamos condição de fazer passar essa proposta, como a Articulação tinha condição de impedir que o não-pagamento fosse aprovado. Pelo seguinte: o PSTU era 6% daquele congresso; o PSOL 33%; a frente de esquerda da CUT, 30%; Articulação, PCdoB e DS, 29%. Quer dizer: foi aprovado o não-pagamento e abrir a discussão com 33%. Desfilia ou não paga e abre a discussão tem consequência. Não dá para a gente dizer “desfilia logo e vamos fazer o enfrentamento”, porque as

organizações são compostas por pessoas, por posições políticas, por interesses, por experiências, por vivências etc. etc. Mesmo que no caso da Fenasps tivesse sido a maioria da base, 50% mais 1, que tivesse tomado essa decisão, teria impacto lá na base. Sendo uma minoria, mais impacto ainda.

E aqueles e aquelas a quem interessa — porque no caso, repito, a Articulação se quisesse poderia ter votado na nossa posição, e não teria passado o não-pagamento, teria sido 59-60% ou mais, contra essa proposta — vão obviamente se mexer, vão implementar suas posições. Na minha avaliação, quem está propondo a desfiliação, direta, ou a *desfiliação branca*, que é o não-pagamento como decisão política (outra coisa é o não-pagamento por outras razões, como é o caso de vocês aqui), para mim antecipa aquilo que diz estar combatendo, antecipa o que há de mais nefasto na reforma sindical e trabalhista que é exatamente a divisão, a fragmentação da classe. Por outro lado, legítima a ação da direção majoritária da CUT para fazer a divisão, como busca fazer no próprio Andes, como já tentou fazer na CNTSS, e em determinado momento inclusive teve eco no campo da própria esquerda, pela posição de parte da esquerda, que queria sair da CNTSS e da Fenasps. Imagine em que situação nós estaríamos hoje nesse setor da saúde e seguridade. Então isso é um elemento para a gente refletir, porque a vida, o cotidiano, o concreto, o real, às vezes é muito mais complexo do que a nossa vontade gostaria que fosse.

DIDI

É decisivo dizer: “A CUT não fala em nosso nome”. Quem é que está preparando a reforma sindical e trabalhista, é só o governo, ou é o Fórum Nacional do Trabalho?

Primeiro, o problema de qual é o centro. Aqui não há discordância no centro. Derrotar o projeto, derrotar os ataques. É uma unanimidade. Podemos falar do problema da desqualificação. Limpando o terreno, Jorginho: da mesma forma que você escuta falar de traidor, não é essa relação que nós temos contigo, você sabe disso. Assim como as caricaturas em relação ao PSTU nós sabemos exatamente quais são. Nem por isso deixamos de participar de todos os debates, com a seriedade com que a gente tem tentado participar da luta e dos debates. (...)

Na prioridade de construir a resistência e a luta, a Júnia disse: “É secundário que fique ou não”, o Jorginho disse: “É fundamental ficar”. Nós dizemos: para construir a resistência é preciso denunciar esse instrumento que é um dos decisivos para a implementação do projeto. Pode ser uma idiotice, uma *visão sectária*, qualquer coisa. Nós não vemos a possibilidade de construir a resistência necessária como mobilização para barrar, se nós não denunciarmos. Qual a grande diferença de qualidade desse governo, em relação ao modelo? É que conta com dirigentes dentro das organizações combativas, e para recompor a unidade dos que querem lutar, é preciso denunciar a Mata Hari, a quinta-coluna, aquilo que seja infiltrado. Em relação aos congressos anteriores, por que agora? Por que não em 1991? O congresso que dá o salto de qualidade na CUT não foi em 1994, foi em 1988. Depois vem se aprofundando. Por que em 1988? Porque começa a mudar a estrutura democrática que tinham construído, muda o congresso, começaram a reformatar. Em 1991 por que não rompe, toda

burocratizada e a gente sabia que tinha ganhado aquela votação? Porque na cabeça da massa a CUT não era esse instrumento de traição que está colocado, ela tinha construído a sua autoridade de luta.

A massa vê a CUT como instrumento seu e de luta nesse país? CGT, na Argentina: o Coggiola citou o exemplo histórico. Nós estamos falando do governo Peron, conquista social... A CGT era “a” entidade da classe operária argentina. A CUT é “a” entidade dos movimentos sociais do Brasil? Um lutador hoje, que surge numa categoria na base local, diz: “Eu sou cutista”? É isso? Nós não vemos assim. Por isso não achamos secundário este debate.

(...) A Júnia desenvolveu um raciocínio que se não tomar cuidado vamos embora daqui chorando. Que é o seguinte: “Luziânia abriu um curso de divisão no movimento”. Nós não achamos que Luziânia abriu um curso de divisão no movimento. O que abriu um curso de divisão foi a vitória do governo Lula, e se abre uma polêmica do que fazer. E cá entre nós, hoje está fácil de debater, porque todo mundo está dizendo não a esse governo. Mas antes era “o governo em disputa”, “o governo é nosso”. Isso vem avançando, isso abriu um debate de como construir a resistência e a luta. Luziânia, com toda a polêmica e a discussão, nós tiramos fazer um dia 16 unitário. Nós fizemos o dia 16, os companheiros não foram. “Ah, porque a faixa...” A faixa de abertura não seria o que nós achamos. Mas nós achamos que é decisivo dizer: “a CUT não fala em nosso nome”. Porque quem é que está preparando a reforma sindical e trabalhista, é só o governo, ou é o Fórum Nacional do Trabalho? (...)



Manifestação contra o arrocho salarial do governo Alckmin, em 2004

JÚNIA

A última pergunta que eu queria responder, se é positivo desfilhar ou não: na medida em que a base escuta e compreende o passo que está dando, é positivo e progressivo, e acho errado conter

Nessa reunião a gente pode debater abertamente, todos nós somos militantes do movimento em condições de compreender que há coisas que a gente fala com tranquilidade para não ser usada depois na luta política. Eu gostaria muito de que o que o PSTU faz seja o que você falou aqui. Mas uma política tem que ser avaliada não pelo que a gente fala, mas pelo que se faz. Não são os militantes de base do PSTU que desavisadamente ou por despolitização fazem uma campanha de calúnia contra aqueles que não têm acordo com vocês. A campanha de calúnia tem sido sistematicamente feita com matérias assinadas pelo Zé Maria, pelo Eduardo de Almeida e por Ricardo Nogueira no *Opinião Socialista*.

Na coluna do dia 25, não eram militantes de base que chamavam de traidores os companheiros que estavam na Marcha. Eram o caminho de som e os principais dirigentes do movimento sindical que o PSTU tem, e que infelizmente se confundiam com

a coluna do Conlutas. Portanto, acho que há um debate sim, sério, e nós queremos a unidade ou não. O que deu crise no encontro de Luziânia não é o governo Lula, porque todos que foram para Luziânia foram para lutar contra a reforma sindical e trabalhista. Quem foi ao encontro de Luziânia é porque queria fazer a luta contra a reforma sindical e trabalhista. Agora, no encontro, por opção dos companheiros, polarizaram o debate: filiação ou desfiliação da CUT, e não como nos unificamos contra a reforma sindical e trabalhista. Uma coisa esdrúxula: a condição para que um companheiro do nosso coletivo pudesse estar na mesa de conjuntura, imposta pelo PSTU, é que o PSTU tivesse dois na mesa: abria e fechava. Nem na CUT eu vi isso. (...)

Estamos numa fase de transição. Assim como da greve de 1978 dos metalúrgicos até 1983 foram cinco anos de articulação para se chegar a uma central, nesses cinco anos se teve Entoes, Conclat, nós estamos neste

momento. Temos articulações ainda *transitórias*, no sentido de que nós vamos chegar lá na frente numa central comum. Não vejo nesse sentido como o curso da desfiliação vai a um curso de uma nova central.

(...) É positiva ou não a desfiliação? Depende de que condições. Os movimentos que o inimigo faz têm que estar na nossa conta, até para que a gente possa discutir como enfrentá-lo. Na hora em que a Fenasp se desfilia da CUT, tem que ter discutido na base da Fenasp como responder a isso, se não não segura a onda. (...) O Andes por exemplo está fazendo um debate com toda a sua base do significado do Proifes. Não basta que a diretoria do Andes ou a diretoria do sindicato saiba disso. Então a última pergunta que eu queria responder, se é positivo desfilhar ou não: na medida em que a base escuta e compreende o passo que está dando, é positivo e progressivo, e acho errado conter. Onde não tiver essa clareza é melhor aprovar o processo de debate.